

FE 50 ANOS – 1966-2016:

MEMÓRIA E REGISTROS DA HISTÓRIA DA FACULDADE
DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Lívia Freitas Fonseca Borges

José Luiz Villar

Wivian Weller

(Org.)

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira
: Fernando César Lima Leite
: Estevão Chaves de Rezende Martins
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
: Jorge Madeira Nogueira
: Lourdes Maria Bandeira
: Carlos José Souza de Alvarenga
: Sérgio Antônio Andrade de Freitas
: Verônica Moreira Amado
: Rita de Cássia de Almeida Castro
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

FE 50 ANOS – 1966-2016:

MEMÓRIA E REGISTROS DA HISTÓRIA DA FACULDADE
DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Lívia Freitas Fonseca Borges

José Luiz Villar

Wivian Weller

(Org.)

EDITORA



UnB

Preparação e revisão : Denise Pimenta de Oliveira
: © 2018 Editora Universidade de Brasília
: Direitos exclusivos para esta edição:
: Editora Universidade de Brasília
: SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
: 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
: Telefone: (61) 3035-4200
: Site: www.editora.unb.br
: E-mail: contatoeditora@unb.br
: Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação
: poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem
: a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

F288 FE 50 anos : 1966-2016 : memória e registros da história da
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília / Lívia
Freitas Fonseca Borges, José Luiz Villar, Wivian Weller,
[organizadores]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2018.
420 p. : 21 cm.

ISBN 978-85-230-1215-1.

1. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação –
História. 2. Educação superior. 3. Pedagogia. 4. Educação –
História. I. Borges, Lívia Freitas Fonseca (org.). II. Villar, José
Luiz (org.). III. Weller, Wivian (org.).

CDU 378(81)(09)

SUMÁRIO

- 7** **Apresentação**
Lívia Freitas Fonseca Borges, José Luiz Villar e Wivian Weller
- 17** **Prefácio**
Lady Lina Traldi
- 23** **Faculdade de Educação, célula *mater*
da Universidade de Brasília**
Maria Zélia Borba Rocha e José Luiz Villar
- 91** **Departamento de Métodos e Técnicas (MTC):
percursos, memórias e identidade**
Antonio Fávero Sobrinho
- 143** **Departamento de Planejamento e Administração (PAD):
sua constituição na história da Faculdade de Educação**
Ana Maria de Albuquerque Moreira e
Carmenísia Jacobina Aires
- 177** **Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF):
para compreender a dimensão social, política
e ética do conhecimento em educação**
Leila Chalub Martins
- 229** **Mudanças curriculares no curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**
Lívia Freitas Fonseca Borges e Liliane Campos Machado

- 259** **Origens do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação**
Regina Vinhaes Gracindo e Jacques Velloso
- 271** **Programa de Pós-Graduação em Educação: formação, pesquisa e produção do conhecimento**
Maria Abádia da Silva e Kátia Augusta C. P. Cordeiro da Silva
- 291** **Mestrado profissional: uma conquista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação**
Bernardo Kipnis e Olgamir Francisco de Carvalho
- 299** **Extensão universitária nos 50 anos da Faculdade de Educação**
Iracilda Pimentel Carvalho (Org.), Erlando da Silva Rêses, Maria Luiza Pinho Pereira, Renato Hilário dos Reis, Claudia Dansa, Maria da Conceição da Silva Freitas e Joice Marielle da Costa Moreira
- 367** **A Educação a Distância na Faculdade de Educação**
Raquel de Almeida Moraes (Org.), Grupo Ctar, Erlando da Silva Rêses e Lúcio França Teles
- 413** **Anexo: Fôlder do Seminário FE 50 anos (12 de abril de 2016)**
- 415** **Sobre os autores**

Faculdade de Educação, célula *mater* da Universidade de Brasília

Maria Zélia Borba Rocha e José Luiz Villar

Cenário

Os anos posteriores ao fim da segunda guerra foram marcados pela reorganização de forças no cenário internacional orientada pela Guerra Fria quando se consolidou a hegemonia da tecnologia no planeta. O fim da Segunda Grande Guerra significou o término dos regimes políticos de exceção (nazismo e fascismo) e a vitória da democracia, ainda que um governo totalitário se elevasse na Europa Oriental (o stalinismo na União Soviética). A Europa foi reconstruída com auxílio do Plano Marshall, e a nação que emergia como econômica, política e culturalmente hegemônica após os dois conflitos mundiais (Estados Unidos) voltava seus olhos e seus mecanismos financiadores para o desenvolvimento do chamado terceiro mundo na América Latina.

Essa onda de transformações atingiu também o Brasil e este ingressa em duas décadas – 1946 a 1964 – de intensa fertilidade política e cultural. Esses foram anos efervescentes. Muita coisa acontecendo ao mesmo tempo em termos econômicos, políticos, culturais, intelectuais. Moderno e desenvolvido são as palavras-sínteses desse período. O Brasil queria-se moderno e desenvolvido econômica, política e culturalmente e, para isso, vivenciava um processo de redemocratização com ênfase no desenvolvimento econômico e na modernização da

sociedade. Na ânsia de realizar o tão sonhado desenvolvimento, de alcançar a tão sonhada modernidade, promulga nova constituição,¹ um ano após a deposição de Vargas, que coincide com um ano de término da segunda grande guerra, após oito anos de regime autoritário.

Em termos culturais, os anos também eram dourados. A segunda metade da década de 50 do século XX testemunha o crescimento vertiginoso do *rock and roll*, então uma criança de aproximadamente dez anos de idade, e o nascimento, no Brasil, da bossa-nova. A expansão do cinema hollywoodiano no planeta Terra propiciou a inculcação do *way of life* norte-americano com seu individualismo competitivo, sua calça jeans, as jaquetas de couro, o cigarro, as bebidas alcoólicas, um automóvel por pessoa, uma vida eminentemente urbana, a ideologia da juventude como melhor fase da vida (HOBSBAWM, 2002; SAVAGE, 2009). Todo esse estilo de vida foi possível de ser levado a cada lar brasileiro com a inauguração do primeiro canal de televisão – a TV Tupi, em 1950 –, que possibilita a transmissão da primeira Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil, ainda que pouquíssimos pudessem vê-la, devido ao altíssimo valor monetário do aparelho. Mas, a partir daí, é fato que o rádio perde, gradativamente, sua posição de principal veículo de comunicação de massa (MORAIS, 1994). Nesse período, o Brasil ganha duas Copas do Mundo de futebol – a de 1954 e a de 1962 –, o que lança o Brasil definitivamente no cenário esportivo internacional.

A bossa-nova, considerada estilo musical da classe média alta urbana, opunha-se, em estilo e em comportamento, aos considerados

¹ A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 18 de setembro de 1946.

rebeldes do *rock*. Ao embalo desses ritmos, os meios urbanos fervilhavam de cultura: os museus de Arte Moderna (MAM) e o de Arte de São Paulo (Masp) eram *teenagers* de apenas 15 anos de idade, mas conseguiram realizar o evento da década: a I Bienal Internacional de Arte de São Paulo. Nos círculos universitários fervilhava a criação de cineclubes, de debates e de grupos de estudos e os meios artísticos criaram o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Sem esquecer que, nesse caldeirão de cultura, o rádio levava a seresta, o samba, o *rock* e a bossa-nova para todos os rincões do país e a televisão principiava sua trajetória de domínio sobre todos os lares brasileiros, transmitindo novos valores, novos modos de falar, de vestir, novos comportamentos.

O Brasil tinha pressa. O projeto de desenvolvimento nacional precisava ser completado, a fim de que saíssemos do secular subdesenvolvimento. Então se elege um projeto que promete levar o Brasil a um desenvolvimento econômico-social equivalente a 50 anos em apenas cinco de governo. Elegemos assim Juscelino Kubitschek (JK) de Oliveira (1956-1961) considerado, em muitos aspectos, sucessor de Vargas: apoiador da “Revolução de 30”; participante da Revolução Constitucionalista de 1932; tinha o mesmo carisma que Vargas; conseguia estabelecer o mesmo tipo de relação carregada de pessoalidade igualitária com o povo; apresentava o mesmo espírito moderno e empreendedor que comprovou como prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) e como governador de Minas Gerais (1951-1955). Sua popularidade advinha também de seu espírito festeiro. Conhecido como “pé de valsa”, ou também como “presidente bossa-nova”, porque adorava esse estilo musical, JK consubstanciou-se símbolo político dessa geração e dessa década porque subsume em sua figura, ações e discursos, as

contradições do período: um Brasil desenvolvido no meio urbano e atrasado no meio rural; um país que se intenta democrático, mas não pestaneja em recorrer a golpes de Estado quando as facções da elite não se entendem no revezamento do poder; uma nação moderna na cultura urbana, mas com tradições coloniais no campo; um Brasil que se quer educado, mas de maioria analfabeta; um país que inveja as produções científicas e tecnológicas das nações desenvolvidas, mas com universidades que não produzem pesquisa científica.

Desde a deposição do regime autoritário de Vargas (1945), o Brasil soube aproveitar a onda de financiamento a juros baixos que os chamados anos dourados do capitalismo proporcionavam aos “primos pobres” do centro dinâmico da economia mundial. Em termos políticos nacionais, cobrava-se, a cada eleição presidencial, a construção da nova capital, determinada desde a primeira Constituição republicana (BRASIL, 1891, art. 3º), tema presente também na Carta Magna de 1934 (art. 4º) e na de 1946 (art. 4º). E uma cidade inteira foi construída então no tempo *record* de quatro anos, regada a muito empréstimo internacional, o que acarretou a elevação de nossa dívida externa a níveis estratosféricos, tornando-se esta, a partir daí, camisa de força de nossa economia pelos próximos 50 anos.

Um país moderno, desenvolvido, requeria educação. O Estado brasileiro entende como sua responsabilidade organizar um sistema nacional de educação (BRASIL, 1946, art. 171), que deveria ser regulamentado (BRASIL, 1946, art. 168). Essas eram antigas reivindicações do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932. Assim, em 1948 inicia-se o processo político de elaboração da Lei de Diretrizes da Educação Nacional, tarefa concluída 13 anos depois,

em 1961, em virtude dos conflitos ideológicos subsumidos no conteúdo educacional. Conflitos ideológicos esses referentes à relação entre o público e o privado no setor educacional, às possibilidades de acesso às verbas públicas pela iniciativa privada atuante no campo da Educação e ao conflito entre laicidade *versus* ensino religioso.

O resultado final foi que nenhum dos grupos político-ideológicos ficou satisfeito com o conteúdo resultante de tão longo e conflituoso processo. Carlos Lacerda considerou que “[...] foi a lei a que podemos chegar [...]”, enquanto Anísio Teixeira declarou “[...] meia vitória, mas vitória [...]” e Álvaro Vieira Pinto afirmou “É uma lei, com a qual ou sem a qual, tudo continua tal e qual”.

Mas, a despeito das efervescências político-culturais e da ação legisladora do Estado brasileiro, no início década de 50 do século XX, a escolaridade do brasileiro era baixa (menos de quatro anos) e as taxas de analfabetismo elevadas: 50,6% da população acima dos 15 anos de idade (INEP, 2003). Ao início da década de 1960, a taxa de analfabetismo caiu para 39,7% em virtude do esforço hercúleo da sociedade civil e de organismos internacionais, de onde brotaram iniciativas como: os Movimentos de Educação de Base (MEB, 1950-1964), realizados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); os Movimentos de Cultura Popular (MCP, 1959-1964); a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA, 1947-1950); a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER, 1952); e a campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964), impulsionada por Paulo Freire. Portanto, a efervescência dos anos 1950-1960 no Brasil também era educacional (FREITAG, 1980; FREIRE, 1989; ROMANELLI, 1991; FREITAS; BICCAS, 2009).

Constata-se assim que o período influenciado pelas ideias nacional-desenvolvimentistas testemunhou vertiginoso aumento do número de matrículas no ensino primário. Em nove anos, o número de matrículas cresceu 179,4% (IBGE, 1984, p. 154), o que demonstra que a tendência de crescimento da oferta de oportunidades educacionais já se verificava antes da ditadura militar. A tabela 1 demonstra a relação entre a população brasileira e a matrícula no ensino primário por décadas. Atente-se que as matrículas sobem gradativa, mas lentamente, o que pode ser explicado pela ausência de uma política nacional de educação pelos governos das décadas de 50 e 60 do século XX. Após a Era Vargas, o Estado brasileiro somente volta a ter uma política nacional de educação no regime militar.

Tabela 1: Relação população-matrícula. Brasil: 1940-1970

Ano	População	Matrícula	%
1940	41.236.315	3.732.878	9,05
1950	51.944.397	6.118.842	11,77
1960	70.070.457	8.733.429	12,46
1970	93.139.037	17.354.236	18,63

Fonte: IBGE/SEEC/MEC, 1984, p. 94.

Já a educação superior deu um salto quantitativo dos anos 50 para a década 60 do século XX. De um total de 44.458 matrículas (HASENBALG, 2006) para uma população de 51,9 milhões (IBGE, 2001), as matrículas mais que duplicaram para 93.202 (HASENBALG, 2006) em uma população de 70 milhões (IBGE, 2001). Todo salto quantitativo promove mudança qualitativa, sendo

essa a terceira lei da dialética (LEFÈBVRE, 1975). A crescente industrialização e urbanização do Brasil elevou o aumento por escolaridade e pela educação superior, ainda que essa demanda representasse a ínfima parcela de 0,133% da população, restrita à classe média alta urbana.

Como saltos quantitativos catapultam mudanças qualitativas, os meios acadêmicos não ficaram isolados desse caldeirão de paixões. O modelo catedrático de universidade, vigente desde eras coloniais quando os “sinhozinhos” iam estudar na metrópole, encontrava-se esgotado. A cátedra, nicho de relações autoritárias, enciclopedistas e clientelistas (CUNHA, 2007a, 2007b, 2007c), não mais atendia à geração que rompe com a estrutura familiar patriarcalista, que criou o *rock'n'roll* e a bossa-nova; que tem o cinema como sua maior expressão artística; que promove a revolução sexual.

A estrutura da universidade em cátedra não dava mais conta do aumento da demanda; não atendia a diversidade de cursos novos que se fazia mister criar por imposição das mudanças sociais; não realizava pesquisa científica nas Ciências Exatas, Físicas, Naturais e Médicas. O mundo ocidental já pesquisara, criara e utilizara a fissura do átomo – não que isso tenha sido bom para a humanidade - o Brasil ainda não realizava pesquisa científica de peso, em quantidade e qualidades significativas nas áreas duras e puras do conhecimento científico.

Essa geração pensou, debateu, propôs, criou e nos legou de herança um novo modelo de universidade, modelo universitário que é apenas cinco anos mais velho que a Faculdade de Educação, estrutura de educação superior que se consubstanciou, pela primeira vez no Brasil, na Universidade de Brasília.

Uma nova universidade para uma capital nova em um Brasil que se pretendia desenvolvido

Uma capital nova, moderna, desenvolvida requeria uma universidade à sua altura. Brasília foi criada com a ideia de facilitar a integração do país, uma vez que o centro dinâmico da economia e a concentração populacional ainda estavam localizados nas cidades litorâneas. A Universidade de Brasília também foi pensada como uma instituição integradora da economia, da ciência e da cultura nacionais, assim como uma universidade capaz de catapultar o desenvolvimento econômico-social brasileiro. Missão ambiciosa, para não dizer megalômana, para uma instituição educacional, mas em sintonia com o otimismo de um Brasil que se queria grande e com o projeto nacional-desenvolvimentista:

O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no país, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. (GOULART, 1962).

Uma universidade de abrangência nacional, com a missão de produzir ciência, de formar quadros altamente qualificados e de

impulsionar o desenvolvimento econômico por meio do conhecimento científico, *não* poderia ter as mesmas estruturas e funções das então existentes no país. A comissão organizada para conceber e implementar uma estrutura universitária nova, para um Brasil que se queria desenvolvido, em uma cidade moderna, foi composta por Pedro Calmon (1902-1985), então reitor da Universidade do Brasil; João Cristóvão Cardoso, presidente do extinto Conselho Nacional de Pesquisa; Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Ernesto Luís de Oliveira Júnior, presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos; Darcy Ribeiro (1922-1997), coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; e Almir Castro, diretor de Programas da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (SALGADO, 1961). Essa comissão projetou um novo modelo de universidade, inspirado nas universidades norte-americanas e inglesas, uma universidade descentralizada em três grandes estruturas internas: os institutos centrais; as faculdades profissionais; e os órgãos complementares.

Os institutos centrais seriam organizados segundo as áreas tradicionais do conhecimento, então em voga no campo científico brasileiro: o Instituto de Ciências Básicas, que compreenderia as chamadas ciências duras e/ou puras, ou seja, as Ciências Exatas; o Instituto de Ciências Biológicas que abarcaria as Ciências da Vida – o *bios*; o Instituto de Ciências Humanas, que, nesse momento, englobaria as ciências que têm o ser humano e o social por objeto de estudo; o Instituto de Letras, com o objetivo de engendrar pesquisas e de formar profissionais que atuariam em todos os ramos da

linguística, da gramática e da literatura; e o Instituto de Artes, cuja missão era fornecer os conhecimentos e a formação aos profissionais que desenvolveriam a pesquisa, o magistério e a produção artística nas plásticas, no cinema, nas cênicas, na música. Os institutos gerais tinham a missão de fornecer os conhecimentos gerais, em todas as áreas do conhecimento, necessários à formação geral do indivíduo, do profissional e do ser humano, por isso forneceriam o chamado ciclo básico do currículo (RIBEIRO, 1991).

As faculdades profissionais seriam destinadas a ministrar a parte profissional dos currículos, por isso foram organizadas segundo as áreas profissionais estabelecidas. Enquanto no projeto original os institutos eram oito, as faculdades eram seis. Os institutos propostos foram: o de Matemática; o de Física; o de Química; o de Geociências; o de Ciências Biológicas; o de Ciências Humanas; o Instituto Central de Letras; e o Instituto Central de Artes. As faculdades pensadas eram: a de Arquitetura e Urbanismo; a de Engenharia; a de Educação; a de Ciências Agrárias; a de Ciências Médicas; e uma que, até a primeira década do século XXI, chamava-se Ciências Sociais Aplicadas,² agrupando os cursos de direito, de economia, de administração, de contabilidade, de ciência política e de relações internacionais – à época, denominava-se diplomacia. É mister enfatizar que a Faculdade de Educação integrava o Instituto Central de Ciências Humanas, mas estava diretamente correlacionada ao Instituto de Letras e também

² A partir da segunda década do século XXI, essa antiga faculdade foi desmembrada, existindo hoje (2015): a Faculdade de Direito (FD); a Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (Face); o Instituto de Ciência Política (ICP); e o Instituto de Relações Internacionais (Irel).

a todos àqueles cursos que ofereciam a formação licenciada para o exercício do magistério no nível secundário (UnB, 1962).

Integração era o quarto conceito das décadas de 50 e de 60 do século XX. Integrar para desenvolver, integrar para modernizar. Planificar a integração para ser moderno e desenvolvido. Nesse sentido, a estrutura da Universidade de Brasília foi planejada para integrar institutos, faculdades e órgãos complementares. O motor dessa integração era o currículo. Os órgãos complementares foram planejados para prestar serviços à comunidade acadêmica, serviços que perpassariam por todas as atividades universitárias e, portanto, estariam integrados às partes de formação geral e também de formação prática dos currículos. Portanto, toda a estrutura formal da UnB estava integrada entre si, organicamente, por intermédio dos currículos, tanto dos de graduação quanto dos de pós-graduação.

Além da estrutura tripartite e integrada da universidade e do currículo dividido em ciclo básico e profissional, a UnB diferenciava-se das outras universidades públicas até então existentes no país por três outras inovações concebidas à semelhança do modelo norte-americano de educação superior: a não adoção do regime de cátedra como carreira docente; o currículo organizado em créditos; e o departamento como microestrutura do todo tripartite integrado. O departamento foi concebido como núcleo operacional de ensino, pesquisa e extensão no qual os recursos humanos e disciplinares estariam organizados por campos de conhecimento. Na visão dos idealizadores:

O Departamento é, assim, a realização mais elevada dos ideais de comunidade universitária, dada a convivência propiciada entre professores e estudantes,

e de uns e outros entre si, com base no seu interesse comum por um ramo do saber. Na verdade, só através desta convivência continuada dá-se a vinculação mestre-discípulo (forma suprema de transmissão da práxis do cultivo do saber, orientada para a criatividade científica ou cultural) e não apenas professor-aluno. (RIBEIRO, 1991, p. 224).

Nas décadas de 50 e 60 do século XX vigorava no Brasil uma carreira acadêmica estruturada nos anos 1930 e fundamentada na mesma lógica da magistratura:

O professor cathedrático, depois de reconduzido, gosará das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, de que só poderá ser privado por abandono do cargo ou sentença judiciária. (BRASIL, 1931, art. 59, grafia original).

Isso significa dizer que, na prática, o professor catedrático constituía-se quase em um senhor feudal da disciplina que ministrava e dos ingressantes na carreira como assistentes, uma vez que estes eram escolhidos por aqueles.

A Universidade de Brasília implantou uma carreira docente segmentada em três níveis: o professor assistente, o associado e o titular. Mas o mais importante para o desenvolvimento da excelência universitária foi a implementação do regime de dedicação exclusiva de tempo integral para o corpo docente. É mister esclarecer que não foi a UnB que extinguiu o regime de cátedra no país, o regime militar o fez, por intermédio da reforma universitária (BRASIL, 1968, art. 33, § 3º).

O currículo organizado mediante créditos foi outra inovação pensada para a Universidade de Brasília a partir dos moldes

universitários norte-americanos por intermédio dos contatos acadêmicos da comissão organizadora com intelectuais dos Estados Unidos. Depois de três anos sendo implementado na UnB, o regime de créditos tornou-se obrigatório para todas as universidades públicas brasileiras, por intermédio dos acordos firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (Usaid). O regime militar tornou uma estrutura de educação superior moderna, inovadora, resultado de concepção coletiva planejada, em uma camisa de força que tolheu a organização e a mobilização dos movimentos discente e docente da comunidade universitária.

Figura 1: Construção da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (1961)



Fonte: UnB (Arquivo Central, acervo fotográfico).

Em segundo plano: Frei Mateus Rocha (segundo da esquerda para direita, todo de branco) e Darcy Ribeiro (terceiro da esquerda para a direita).

Passados 55 anos de existência da Universidade de Brasília (1961-2016), a lógica de sua estrutura mantém-se com a organização

tripartite em institutos, faculdades e órgãos complementares. Entretanto, devido ao crescimento quantitativo da universidade e também em virtude das ramificações e especializações das ciências contemporâneas, os institutos, as faculdades e os órgãos complementares se proliferaram no interior desta. Mas o crescimento quantitativo acompanhou o desempenho qualitativo da UnB ao longo dessas cinco décadas e meia de existência. A avaliação das instituições de educação superior, realizada pela *Quacquarelli Symonds Intelligence Unit* (Qsiu, 2015), posicionou-a em décimo lugar no *ranking* das melhores da América Latina, destacando-se por seu corpo docente, com 97,20% com titulação de doutor (PhD); por seu impacto nos meios virtuais, com utilização de tecnologia de ponta no ensino, na pesquisa e na extensão (95,20%); pela reputação acadêmica de seu ensino (90,50%); pela criação de mecanismos inéditos de acesso aos estudantes (81,60%); e pela produção de artigos por faculdades (79,70%). As avaliações realizadas parecem indicar que a Universidade de Brasília atingiu a missão que se almejava para ela quando de sua concepção e criação:

O desafio diante do qual se encontravam os poderes públicos, bem como os intelectuais, os artistas, os professores e estudantes universitários do Brasil, era o de conceber e planejar uma universidade modelada em bases novas que, para tôdas as demais, constituísse um estímulo e um complemento e que fôsse capaz de assegurar à capital da República a categoria cultural que ela precisa ter para o franco convívio e a interação com os outros centros culturais do país. (GOULART, 1961, grafia original).

Uma nova faculdade de educação para uma nova universidade em um país que se queria moderno

As ideias do nacional-desenvolvimentismo manifestaram-se na construção de Brasília e na definição de sua respectiva arquitetura escolar, bem como na criação da Universidade de Brasília e de sua Faculdade de Educação. Essas construções seriam a materialização de monumentos-documentos resultados de diagnósticos e prognósticos sobre a situação brasileira que deveria ser resolvida pela educação e suas inovações aplicadas desde os primeiros momentos da construção de Brasília e suas escolas pioneiras.

Anísio Teixeira destacava a importância da educação para o desenvolvimento nacional e o papel que a Faculdade de Educação teria nesse processo e correlacionava a complexidade da missão da escola à sua localização e arquitetura. A formulação – trabalho intelectual – e a construção – trabalho braçal – fundiam-se não só nas ideias deweynianas que, teoricamente, defendia, mas, sobretudo, na sua prática como formulador, executor e administrador de projetos:

O plano de construções escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidades para a capital federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país. Como as necessidades da civilização moderna cada vez mais impõem obrigações à escola, aumentando-lhe as atribuições e funções, o plano consiste – em cada nível de ensino, desde o primário até o superior ou terciário, como hoje já se está a chamar – num conjunto de edifícios, com funções diversas e considerável variedade de forma e de

objetivos, a fim de atender a necessidades específicas de ensino e educação e, além disto, à necessidade de vida e convívio social. (TEIXEIRA, 1961, p. 195-199).

A complexidade dessa nova escola, necessária para executar a tarefa de contribuir na construção do desenvolvimento nacional e da democracia, somente poderia ser alcançada pela superação das escolas convencionais por Centros Educacionais tal qual foi a experiência de Anísio Teixeira na Bahia com a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e a difusão dessa experiência pela cidade de Brasília como eixo vertebralizador ou estruturador da educação nesta cidade.

A grande vantagem de Brasília, que não poderia deixar de ser aproveitada, era a oportunidade de construir, a partir da formação de educadores na FE, um sistema educacional nesta cidade sem tanta resistência das escolas tradicionais, como acontecia no restante do país. A construção dos prédios da Faculdade de Educação e a criação do curso de Pedagogia não se limitavam a uma materialidade arquitetônica, transcendendo a questão estética e/ou funcional. Tratava-se de uma construção que entrelaçava o produto do trabalho braçal e o trabalho intelectual. Nesse contexto, o discurso mais relevante para todo o país era a experiência educacional que também se construía com a criação do curso de pedagogia e o conjunto arquitetônico histórico-ambiental que o abrigava.

Na 13ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1961, Anísio Teixeira apresentou o modelo da futura Faculdade de Educação a ser criada na vindoura Universidade de Brasília:

[...] dentro dessa universidade é que vai se criar pela primeira vez, entre nós, uma Faculdade de Educação. Não existe Faculdade de Educação no Brasil. Temos apenas Departamentos de Educação nas Faculdades de Filosofia. E, fora disto, um conjunto de Escolas Normais destinadas a preparar professores primários. (TEIXEIRA, 1961, p. 2).

No projeto original, a Faculdade de Educação constituiria a unidade acadêmica capaz de “[...] conferir ao conjunto universitário o sentido integrativo necessário” (RIBEIRO, 1991, p. 218), com três funções centrais: “[...] a criação de modelos de escolas de nível primário e médio [...]”; a “[...] produção de material didático e de recursos audiovisuais [sic] [...]”; e a “[...] realização de programas intensivos de aperfeiçoamento do magistério primário e médio” (RIBEIRO, 1991, p. 219).

Figura 2: Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (1962)



Fonte: UnB (Arquivo Central, acervo fotográfico).

Em primeiro plano, Carlos Augusto Falcão (primeiro à direita).

A fim de dar conta de suas funções, a Faculdade de Educação foi pensada com uma estrutura composta por cinco setores: a Escola Normal Superior; a Escola de professores; a Biblioteca Educacional; o Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional; e o Centro Universitário de Orientação Educacional.

Nesse modelo organizacional, a Escola Normal Superior (ENS) tinha a missão de “[...] formar professores para as Escolas Normais [...]” (RIBEIRO, 1991, p. 220), como também de preparar os professores que iriam atuar nos ensinos primários e secundários, hoje duas etapas da educação básica: o fundamental e o médio. Atente-se que a educação infantil não constituía tema, problema e/ou demanda da época, portanto, a proposta silencia sobre a educação do zero aos seis anos de idade.³ Como órgão interno da ENS, a proposta inicial previa a existência de centro destinado a formar profissionais da educação habilitados a ensinar “[...] alunos excepcionais e deficientes [...]” (RIBEIRO, 1991, p. 220) e também a promover a “[...] recuperação cultural de adultos” (RIBEIRO, 1991, p. 220). Além de formar professores que atuariam na educação básica da época, nas Escolas Normais – então destinadas à formação de professores de ensino primário – e na Educação especial-inclusiva, a ENS teria a atribuição de manter cursos contínuos de aperfeiçoamento destinados a essas três categorias de magistério, como também de propor novos modelos de escolas primárias e secundárias rurais e urbanas

³ Muito embora fosse prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, ainda que não fosse obrigatória. Já o ensino primário obrigatório constituía dever do Estado brasileiro e, como direito do cidadão, tinha início aos sete anos de idade e contemplava quatro anos de escolaridade (BRASIL, 1961, art. 23, 24, 26 e 27).

e de atuar em campanhas de alfabetização, no sentido de reduzir o analfabetismo no país. A Escola de Professores (EP) não era vista como duplicidade organizacional e funcional porque se destinava a formar quadros para a educação profissional de nível médio e a criar novos modelos institucionais do ensino médio técnico.

A Biblioteca Educacional (BE) compunha a estrutura conceitual da Faculdade de Educação (FE) com o objetivo de constituir acervo de material didático nacional e internacional, em todas as áreas do conhecimento, e de organizar um Serviço de Documentação (SD) que facilitasse as funções da FE de formação de profissionais da educação, de conceptualização de novos modelos de instituições escolares e de elaboração de material didático para ser utilizado em todo o país nos ensinos primário, secundário e técnico.

O Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional (CPPE) tinha a função de pensar o sistema educacional brasileiro em suas estruturas e dinâmicas macros, com vistas à permanente atualização deste. Para isso, a função de pesquisa científica era inerente às funções do centro. A proposta estava completamente sintonizada com os temas das décadas de 50 e 60 do século XX: os estudos de planificação social constituíam o *hit* do momento no mundo ocidental capitalista, ao ponto de direcionar a organização dos Estados nacionais⁴ e de tematizar as pesquisas e publicações científicas, muito embora no Brasil a década da planificação tenha sido a de 1970, com o regime militar.

⁴ O Brasil, por exemplo, teve três Ministérios do Planejamento e uma Secretaria Federal no período de 1962 a 1985, estruturas até hoje presentes no Estado brasileiro com nomenclaturas diferentes. Ver: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Disponível em: <<https://goo.gl/bi9tcM>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

O Centro Universitário de Orientação Educacional (CUOE) teria a função de produzir pesquisas na área de Psicologia Educacional e de realizar toda a orientação educacional dos discentes da Universidade de Brasília e também de formar os profissionais da educação básica que atuariam na área de orientação educacional nos níveis primário e secundário da época.

A Faculdade de Educação foi concebida para se estabelecer no coração da Universidade de Brasília porque se constituiria como o órgão responsável por irradiar para toda a universidade, Estado e sociedade as pesquisas relativas ao sistema educacional brasileiro; a unidade acadêmica com a atribuição de produzir materiais didáticos em todas as áreas de conhecimento; a faculdade com a responsabilidade de promover a orientação educacional de todos os estudantes da Instituição; e a unidade que efetivaria a guarda de todo o acervo educacional do país. Esse acervo se constituiria como fonte de estudos e de pesquisas científicas. Na concepção idealizada de Anísio Teixeira (1900-1971):

[...] a Faculdade de Educação seria um Grande Centro de Educação e de Excelência em Educação [e] em Pós-Graduação, era seu sonho! Para aqui viriam professores de universidades de todo o Brasil para se aperfeiçoar, estudar, pesquisar, debater ideias, trocar experiências [...] e/ou, também, fazer os seus mestrados e doutorados e pós-doutorados [...] Aqui viriam professores de universidades brasileiras e do exterior, grandes mestres, de reconhecido valor, para trabalhar e passar os seus conhecimentos a outros! [...] A Faculdade de Educação seria “*O grande centro da universidade*”! (TRALDI, 2007, p. 3, grifos da autora).

No projeto anisiano e darcyniano, a Faculdade de Educação foi pensada como o cérebro pensante capaz de realizar o mapeamento e a análise de todo o sistema educacional brasileiro; o córtex cerebral da Universidade capacitado a realizar pesquisas, proposituras e novos modelos institucionais em planejamento educacional; a instituição irradiadora de novos paradigmas de formação de profissionais da educação em todos os níveis de ensino e modalidades. As missões da Unesco no Brasil, realizadas no âmbito dos acordos MEC-Usaid nos anos de 1966, 1967 e 1968, claramente cortaram as asas desse projeto inicial.

Entretanto, no processo de nascimento da Faculdade de Educação constatou-se a existência de quatro paradoxos: 1º) a existência do espaço físico antes da instituição; 2º) a criação de disciplinas de licenciaturas antes do curso de Pedagogia; 3º) o deslocamento de equipamentos da FE para outros cursos e departamentos; e 4º) a inexistência de espaços físicos para o funcionamento da Faculdade de Educação.

O primeiro paradoxo se refere à existência do espaço físico antes da instituição, pois a Universidade de Brasília foi inaugurada, em 1962, no prédio destinado à Faculdade de Educação. A Faculdade, como instituição, somente veio a existir quatro anos depois, mas o primeiro prédio construído da Universidade de Brasília foi destinado para abrigar um curso e uma faculdade inexistentes. Assim, a primeira distorção que se pode destacar na história da Faculdade de Educação é que, embora esta tenha sido considerada uma unidade acadêmica fundamental para a UnB, seu prédio só foi ocupado pelo curso de Pedagogia no ano de 1967.

O segundo paradoxo consistiu na oferta de disciplinas de licenciaturas antes da criação do curso de Pedagogia. Algumas disciplinas

foram criadas para atender, inicial e emergencialmente, ao pleito e às reivindicações de estudantes como os dos cursos de Letras (que já existiam desde 1962), os quais precisavam cursar as disciplinas de licenciatura para se formar.

A terceira distorção sofrida pela Faculdade de Educação foi o deslocamento, para outros cursos da UnB, de equipamentos, de material audiovisual e de viaturas doados à Faculdade de Educação pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A quarta e última distorção vivenciada nesse período de criação do curso de Pedagogia é a mais absurda. A Faculdade de Educação possuía três prédios, mas não tinha uma sala de aula disponível para ministrar as aulas e para iniciar o curso de Pedagogia.

O ideal em ação: 1966-1968

Do ideal ao real existe um longo caminho. Caminho cheio de pedras, curvas, obstáculos de toda sorte. Real que somente se concretiza com muito trabalho, dedicação, esforço. Milenar ditado chinês afirma que “O caminho de mil milhas começa com o primeiro passo”. E o primeiro passo é o mais lento, pois é preciso quebrar a inércia da imobilidade; é o mais doloroso, pois é necessário superar as dores que o movimento pode provocar; é também o mais difícil, pois é mister criar os recursos indispensáveis à realização da tarefa; é ainda o mais penoso, pois é imprescindível adaptar-se ao ritmo que a tarefa impõe.

A Universidade de Brasília foi inaugurada em 9 de abril de 1962 no auditório Dois Candangos, entretanto, o Ato da Reitoria nº 163, de 12 de abril de 1966, é considerado o atestado de nascimento da

Faculdade de Educação, portanto, quatro anos mais tarde. Nesses quatro anos, se não existiam os cursos e os serviços da FE, existia a ideia de uma Faculdade de Educação de forma muito nítida na mentalidade dos construtores da UnB, tanto é que “Os primeiros prédios em alvenaria foram construídos por Rocha Miranda: três destinados à Faculdade de Educação, designados por FE1, FE3 e FE5 [...]” (SALMERON, 1999, p. 92). O fato de a construção material da Universidade de Brasília ter-se iniciado pela Faculdade de Educação é mais uma comprovação de que, no projeto original, esta se constituiria como o núcleo irradiador de formação, pesquisa conhecimentos sobre educação em todos os níveis, modalidades e aspectos que englobam o fazer educacional.

Entretanto, entre 1962 e 1966, a Universidade de Brasília já havia sido invadida duas vezes por tropas militares: em abril de 1964 e em outubro de 1965, sendo que a última invasão levou ao “[...] pedido de demissão coletiva de 223 docentes [...]” (SALMERON, 1999, p. 178). Assim, quando a FE nasceu, a UnB estava desfalcada de seu quadro docente original e tinha como reitor o segundo interventor nomeado pelo regime militar.

O atestado de nascimento da FE foi assinado pelo reitor-interventor Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972),⁵ nomeando a professora Lady Lina Traldi “[...] para cuidar da implementação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília [...]” (TRALDI, 2007, p. 1). Atente-se para o fato de que *não* foi nomeada uma equipe para organizar a FE, mas esse trabalho hercúleo foi atribuído a uma

⁵ Sexto reitor da Universidade de Brasília, nomeado em 25 de agosto de 1965, administrou a UnB até 3 de novembro de 1967. Nomeado e deposto pelo regime militar.

única pessoa. Porém, os registros históricos mostram que essa era a prática: nomeações individuais para organizar outras unidades acadêmicas que começaram por cursos e que, portanto, tinham coordenadores de cursos à frente das unidades que nasceram em decorrência da estruturação desses cursos.

A coordenadora nomeada teve, então, que contar com o pessoal existente na casa e, pouco a pouco, conseguir atrair novos recursos intelectuais em um contexto institucional no qual não havia estatuto e/ou regimento; onde não havia órgãos colegiados; em que o critério de contratação de pessoal era político – por parte do regime em vigor; e em relações institucionais nas quais a autonomia universitária era apenas um princípio legal expresso na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,⁶ sem aplicação prática. Em um contexto histórico-institucional no qual a “[...] liberdade fundamental, elementar, de julgar e escolher professores por critérios profissionais [...]” (SALMERON, 1999, p. 176) não existia, pois a escolha e nomeação dos quadros docentes da Universidade de Brasília eram decididas na presidência da República, nem mesmo os reitores-interventores tinham tal autonomia. Portanto, os quadros docentes que vieram para a UnB, nesse período, eram alinhados com o regime militar: seja por opção político-ideológica; seja por receio das represálias; seja por uma pretensa neutralidade. E, mesmo assim, nem mesmo esses quadros tinham liberdade de ação.

A Faculdade de Educação nasceu a partir de membros já constituídos na estrutura da Universidade, previstos no projeto original da

⁶ Art. 80 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

Faculdade de Educação de Teixeira e Ribeiro: o Serviço de Orientação Educacional (SOE), que atendia aos então alunos da UnB; o Centro Integrado do Ensino Médio (Ciem), cujo objetivo era propiciar integração entre teoria e prática na formação de professores para o ensino secundário; o Centro de Estudos e Laboratório Experimental e de Prática de Ensino, com a função de propiciar formação pedagógica e empírica aos licenciados; a Escolinha de Arte, destinada aos filhos dos funcionários e professores da UnB; e o setor de Audiovisual, que atendia a toda a UnB e que foi transformado no Serviço de Recursos Audiovisuais da Faculdade de Educação. Na visão de Traldi (2007, p. 4), “[...] o filho [...] havia nascido antes da Mãe [...]”.

Nesse momento, toda a Universidade funcionava nos três prédios que hoje compõem a Faculdade de Educação: na FE1 funcionavam a Reitoria, a Faculdade de Comunicação, o Serviço de Orientação Educacional e a Diretoria de Esportes; na FE3 estavam situados o Instituto de Letras e o de Matemática; e na FE5 localizavam-se os primórdios da Biblioteca Central (BCE) e o Auditório Dois Candangos, onde a UnB foi inaugurada e, até hoje, de uso coletivo de toda a Universidade.

À Faculdade de Educação foi destinada uma pequena sala no prédio da FE1. Ali nasceram o Plano da Faculdade de Educação (1967) e o seu Regimento. Mas, apesar de concebidos e escritos, jamais foram aprovados e implementados. Pouco a pouco, por instrução da Reitoria, os membros da FE já criados passaram a ser subordinados à direção da Faculdade de Educação, cuja primeira tarefa foi apresentar-se aos diretores das unidades acadêmicas então existentes, solicitar ajuda e colocar-se à disposição.

Antes mesmo de seu nascimento, a Faculdade de Educação já dispunha de patrimônio doado pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Esse patrimônio foi espalhado e utilizado pelas outras unidades acadêmicas: máquinas fotográficas de última geração à época, filmadoras, projetores de filmes, gravadores, retroprojetores⁷ e diapositivos,⁸ alocados no Instituto Central de Artes e na Faculdade de Comunicação; ônibus, caminhonetes e peruas⁹ situados no setor de Transporte e já em utilização por toda a Universidade; e instrumentos necessários à manutenção dos equipamentos localizados na então Faculdade de Mecânica, hoje Faculdade de Tecnologia. O trabalho primevo foi localizar esse

[...] material que estava esparramado por toda a Universidade e, ainda que compreendendo as dificuldades, mostrando também a correspondência e tentando acomodar as situações! (TRALDI, 2007, p. 5).

Mãos à obra, a equipe executora era composta por docentes e técnicos que já estavam trabalhando na UnB e por outros que foram a ela incorporados. As primeiras medidas desse grupo foram: implementar as disciplinas pedagógicas necessárias para as licenciaturas

⁷ Tecnologia criada nos anos 30 do século XX, nos Estados Unidos, destinada a projetar imagens fixas, com fins pedagógicos, elaboradas manualmente e que se chamavam transparências.

⁸ Diapositivo é o filme fotográfico positivo, confeccionado por intermédio de fotografia, para projetar imagens coloridas. Constitui outro nome dado a eslaide (*slide*, em inglês).

⁹ Denominação dada a automóveis que consistem em um misto de carro de passeio e caminhonete, geralmente com cinco portas e bagageiro no teto. Por possuir portamalas grandes e mais o bagageiro superior, constitui automóvel de viagem familiar.

que já existiam há cinco anos; elaborar o Plano da Faculdade de Educação; redigir seu regimento interno; conceber o selo da Faculdade de Educação; criar o Centro de Pesquisa e Planejamento em Educação (CPPE); e produzir a *Revista de Assuntos Educacionais*. Esta teve vida curta, apenas três números, sendo que o terceiro chegou a ser escrito e organizado, mas não publicado. Tempos de regime militar...

A equipe, organizada aos poucos por Lady Lina Traldi, foi sendo composta pelos professores: Maria Nazareth de Moura Veronese, diretora do Serviço de Orientação Educacional; José Aloísio Aragão e padre Montezuma, diretor e vice-diretor, respectivamente, do Centro Integrado do Ensino Médio; Lúcia Alencastro Valentim, que assumiu a Escolinha de Arte da Faculdade de Educação; Adilson Aniceto, que assumiu o Serviço de Recursos Audiovisuais junto com o servidor técnico-administrativo Carlos Alberto de Andrade Veras; Redusina Teresa D. J. Aniceto, que auxiliou na elaboração do plano da FE e no seu regimento interno; e pelo senhor Agostinho dos Santos, técnico aposentado do Ministério da Educação e Cultura que assumiu o serviço de manutenção dos equipamentos voluntariamente, sem qualquer tipo de remuneração.¹⁰

O Plano de criação da Faculdade de Educação e o Regimento Interno a instituíram com oito órgãos internos: a Direção; o Conselho Departamental, que hoje corresponde ao Conselho da Faculdade de Educação; sete departamentos; seis centros; dois serviços; três setores; o plenário da FE, que corresponderia ao conjunto de todos

¹⁰ É possível que tenhamos cometido alguma injustiça, deixando de identificar alguns nomes. Entretanto, se isso aconteceu, deve-se à escassez dos documentos consultados e à precariedade dos mesmos.

os professores do quadro efetivo da instituição (UnB, 1967a, p. 8-18; 1967b, art. 73); e a secretaria Administrativa. A ambição para a nova instituição era elevada: “Esta Faculdade será essência da Universidade de Brasília, de onde novos rumos para a educação nacional terão centro e irradiação.” (UnB, 1967a, p. 6).

Dos seis centros de criação, todos foram projetados por Teixeira e Ribeiro, sendo que apenas dois não tinham o nome de centro no projeto original: o Centro de Currículos e Programas (CPP), denominado originalmente de Departamento de Currículos e Programas e o Centro de Recursos e Materiais Audiovisuais (Crav), concebido no projeto original apenas como um setor da Unidade Acadêmica (RIBEIRO, 1991, p. 220-221). O Centro Integrado do Ensino Médio (Ciem), concebido na proposta anisiana e darcyniana, e já existente em 1967, antes mesmo da criação da FE, contava com 400 alunos, 63 professores e 35 servidores técnico-administrativos e ministrava serviços, orientação ou formação em: Língua Portuguesa; Matemática, História, Física, Química, Biologia, Filosofia, Inglês, Latim, Geografia, Desenho Artístico, Educação Física, Datilografia, Taquiografia, Práticas Educativas Vocacionais, Orientação Educacional, Recreação, Biblioteca e Audiovisual (UnB, 1967a, p. 131-132).

A criação do Centro Integrado de Ensino Médio (Ciem) constitui, talvez, a experiência mais importante da FE/UnB, porque por intermédio deste se daria a formação de professores com bagagem cultural e científica diferenciada da época, a fim de superar o ensino tradicional nas escolas convencionais.

Infelizmente abortado, o Ciem funcionou de 1964 a 1971. Concebido graças à iniciativa de Darcy Ribeiro, José Aloísio Aragão,

Lauro de Oliveira Lima (1921-2013) e Marconi Freire Montezuma, tinha preocupação com a formação intelectual do aluno sem desconsiderar o lado emocional. Com abordagem teórico-metodológica inovadora, funcionava em tempo integral e seu método de ensino baseava-se na autonomia do aluno, cuja estrutura curricular e fundamentos filosófico-pedagógicos permitiam que cada estudante participasse na construção de seu próprio currículo e trajetória escolar.

Os dois serviços eram o Serviço de Assistência e Orientação Educacional (SOE), já criado pela Universidade antes mesmo da criação da Faculdade de Educação, e o Serviço de Assistência Técnica e Supervisão Educacional (Sase). Os três setores previstos no plano de criação eram a Biblioteca da Faculdade de Educação, inexistente até hoje; o Museu Infante-Juvenil, também inexistente até os dias de hoje; e o Planetário, igualmente inexistente até a presente data (UnB, 1967a, p. 9-18).

Os departamentos, sete segundo o plano de trabalho e o regimento interno da FE, eram: Departamento de História e Filosofia da Educação Comparada; Departamento de Currículo e Supervisão Educacional; Departamento de Sociologia Educacional e Administração Escolar; Departamento de Didática; Departamento de Estatística Aplicada à Educação; Departamento de Orientação Educacional e Profissional; e Departamento de Psicobiologia Educacional (UnB, 1967a, p. 8-18; e 1967b, art. 42-50).

A Escola de professores, considerada o núcleo motriz da Faculdade de Educação no ideal anisiano e darcyniano, foi composta pela Escola Normal Superior e pela Escola de Educação. Esta se destinava à formação “[...] do docente de nível médio: ginásial, colegial

e normal.” (UnB, 1967a, p. 9) e ofertava o curso de Pedagogia, a formação pedagógica para as licenciaturas e os cursos de pós-graduação em Educação. Aquela se dedicava à formação universitária do professor primário. O Curso Normal Superior tinha equivalência com o curso de Pedagogia das faculdades. Tratava-se da qualificação do professorado que atuaria na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental de hoje, à época denominadas de jardim de infância, pré-primário e primário.

É mister enfatizar que o Plano da Faculdade de Educação (1967) não pensou apenas o currículo do curso de Pedagogia e do mestrado em Educação, mas também o currículo pedagógico de todas as licenciaturas da UnB: as licenciaturas plenas, que formariam para magistério no ensino médio, e também as licenciaturas curtas – jamais implementadas na UnB –, para a docência no ensino primário, adotando-se a terminologia da época. Já em seus primórdios, a FE/UnB estava-se constituindo como centro irradiador de formação de professores, como unidade propositiva de novos modelos educacionais, como concebera seus idealizadores originais, Anísio e Darcy. Nesse sentido, a formação pedagógica para as licenciaturas proposta pela FE era densa, com nove disciplinas, em cinco subáreas que compõem a grande área de conhecimento da educação:

Quadro 1: Formação pedagógica para as licenciaturas da UnB¹¹

	Docência de ensino primário	UA	Docência de ensino secundário	UA
1	Didática geral – 2 semestres	FE	Didática geral – 2 semestres	FE
2	Didática especial – 2 semestres	FE	Didática especial – 2 semestres	FE
3	Psicologia da aprendizagem – 1 semestre	ICP	Psicologia da adolescência – 1 semestre	ICP
4	Estágio supervisionado – 2 semestres	FE	Estágio supervisionado – 2 semestres	FE
5	Psicologia da personalidade – 1 semestre	ICP	Psicologia da Aprendizagem – 1 semestre	ICP
6	Antropologia Cultural – 1 semestre	ICCH	Psicologia da Personalidade – 1 semestre	ICP
7	Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional – 1 semestre	FE	Sociologia Educacional – 1 semestre	ICCH
8	Introdução à Orientação Educacional – 1 semestre	FE	Antropologia Cultural – 1 semestre	ICCH
9	Currículos e Programas – 1 semestre	FE	Cultura Brasileira – 1 semestre	ICCH

¹¹ A ordem da listagem das disciplinas não indica o fluxo no currículo, mas a ordem exposta no Plano da Faculdade de Educação (1967).

	Docência de ensino primário	UA	Docência de ensino secundário	UA
10	Técnicas e Recursos Audiovisuais – 1 semestre	FE	Elementos de Estatística Educacional – 1 semestre	FE
11	Supervisão Educacional – 1 semestre	FE	Biologia Educacional – 1 semestre	FE
12	Relações Públicas e Humanas – 1 semestre	ICP	Filosofia da Educação – 1 semestre	FE
13	Problemas da Escola Primária	FE	Introdução à Orientação Educacional – 1 semestre	FE
14	-	-	Currículos e Programas – 1 semestre	FE
15	-	-	Supervisão Educacional – 1 semestre	FE
16	-	-	Técnicas e Recursos Audiovisuais – 1 semestre	FE
17	-	-	Elementos de Administração Escolar – 1 semestre	FE

Fonte: Dados coletados em UnB (1967a).

Todo esse complexo organizacional, pensado como um “[...] projeto em constante e permanente revisão [...]” (UnB, 1967a, p. 26) deveria ofertar à sociedade: o curso Normal Superior; o curso de Pedagogia; a formação pedagógica das licenciaturas; programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado; e cursos especiais de extensão cultural (UnB, 1967b, art. 13-24). Minudente, o plano da FE/UnB (1967a) previa a oferta de cursos de especialização em Administração Escolar, Filosofia (ou História) da Educação ou Educação Comparada (p. 56); Orientação Educacional e Assistência Social (p. 57); e Supervisão Educacional (p. 59-60). Dois programas de mestrado foram pensados: o mestrado em Pedagogia (p. 62-63) e o mestrado em Educação (p. 65-67). Os dois cursos basilares da Faculdade de Educação – o Normal Superior e a Pedagogia – tiveram início no segundo semestre de 1967.

O nascimento da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília foi um parto complexo, realizado com poucos recursos materiais, financeiros e de pessoal. Uma equipe se desdobrou e trabalhava em múltiplas frentes: ao mesmo tempo em que concebia o Plano da Faculdade de Educação, redigia seu Regimento Interno; enquanto ministrava aulas, tentava montar as estruturas da nova unidade acadêmica; simultaneamente, organizava as instalações e buscava agrupar os equipamentos dispersos; concomitantemente, buscava novos quadros para a Faculdade e produzia recursos didáticos. No bom e claro português popular, essa equipe era “pau para toda obra” e colocava as mãos na massa de todo e qualquer tipo de trabalho necessário ao nascimento de uma instituição: foram pioneiros que, apesar de alinhados com o regime militar, tentaram implementar o projeto de

Faculdade de Educação concebido por Anísio Teixeira e por Darcy Ribeiro, o que custou o cargo e a função a muitos deles.¹²

Sem dúvida, essa equipe pioneira teve que engendrar uma ginástica que proporcionasse conciliar o projeto original com as determinações dos Decretos-Lei nº 53/1966 e nº 252/1967, que estabeleceram as normas de organização das universidades federais e determinavam: a departamentalização; a proibição da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; e a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão: “Cada unidade universitária – Faculdade, Escola ou Instituto – será definida como órgão simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudos.” (BRASIL, 1966, art. 2º, inciso I). Entretanto, esses três princípios não eram incompatíveis com o modelo anisiano-darcyniano, visto que ele tinha se baseado na estrutura funcional das universidades norte-americanas e inglesas. A diferença substancial foi a forma de implementação: enquanto a proposta de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro era fruto de seus estudos e relações acadêmicas no exterior, o modelo universitário implantando no Brasil pelo regime militar era resultado dos convênios com a *United States Agency for International Development* (Usaid), uma agência governamental dos Estados Unidos, cuja missão era ajudar no desenvolvimento econômico-social dos países de terceiro mundo, naturalmente, desde que esse desenvolvimento caminhasse na direção e no sentido que interessavam aos EUA.

¹² Lady Lina Traldi, nomeada coordenadora da FE em 1966, foi exonerada do cargo e da instituição em 1969, para ser novamente recontratada no mesmo ano.

Mediante o trabalho dessa equipe, a Universidade de Brasília conseguiu formar sua primeira turma de licenciatura, com 25 alunos, em dezembro de 1966, pois somente no segundo semestre desse ano se deu a formação pedagógica das licenciaturas pela primeira vez, com as seguintes disciplinas e corpo docente:

Quadro 2: Relação de disciplinas ofertadas às licenciaturas da UnB – 2º/1966

	Disciplinas	Docentes	UA
1	Psicometria e Estatística Educacional	Godeardo Baquero Miguel	FE
2	Biologia Educacional	Antonio Carlos Gabrielli	FE
3	Introdução à Orientação Educacional	Maria Nazareth de Moura Veronese	FE
4	Didática Geral	Pe. Marconi Freire Montezuma	FE
5	Prática de Ensino	Aloísio Aragão	FE
6	Didática Especial	Pe. Marconi Freire Montezuma	FE
7	Administração Escolar	Armando Hildebrand	FE
8	Currículo e Supervisão	Lady Lina Traldi	FE
9	Sociologia Educacional	Bartolomeu João Hess	ICCH
10	Antropologia Cultural	Bartolomeu João Hess	ICCH
11	Psicologia Diferencial e da Personalidade	Elmira Cabral Flores	ICP
12	Psicologia Educacional	Arrigo Angelini	ICP

Fonte: Dados coletados em Traldi (1967).

No primeiro semestre de 1967, foram ofertadas no mestrado em Educação (*in-service-training*) as disciplinas elencadas no quadro 3. Entretanto, esse curso foi pensado exclusivamente para o corpo docente que compunha o já existente Centro Integrado do Ensino Médio (Ciem), sendo que, do total de 63 professores que integravam o centro, apenas 25 realizaram o curso (UnB, 1967a, p. 124-125). Essa experiência não teve continuidade e somente foi retomada em 1972, considerado o ano oficial de criação do Programa de Pós-Graduação em Educação, com a instituição do mestrado em Educação:

Quadro 3: Relação de disciplinas ofertadas no mestrado em Educação da UnB – 1º/1967

	Disciplinas	Docentes	UA
1	Psicologia Dinâmica da Educação	Adelar Santo Vicenzi	FE
2	Psicologia da Aprendizagem e Psicologia Profunda	Hugo Veronese	FE
3	Administração Escolar	Armando Hildebrand	FE
4	Currículo e Supervisão	Lady Lina Traldi	FE

Fonte: Dados coletados em Traldi (1967).

Os primórdios da Faculdade de Educação foram anos conturbados nacionalmente. Passou-se de um projeto de modernização desenvolvimentista sob os auspícios de um sistema democrático para um regime militar que implantou um governo autoritário no Brasil. Essa ruptura provou descaminhos do projeto original, tanto da Universidade

de Brasília quanto da Faculdade de Educação. Do ano de 1964 a 1976, ou seja, num período de 12 anos, a Universidade de Brasília teve cinco reitores,¹³ o que equivale a um reitor para cada dois anos e meio. Cada vez que um reitor não atendia às exigências do regime militar, este era exonerado e, em seu lugar, era nomeado outro mais submisso ao regime.

Mas, ainda que em tempos de regime militar, esses pioneiros trabalharam com afinco para realizar o sonho idealizado. Mantiveram-se fiéis ao projeto de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, organizando os órgãos e serviços internos da FE segundo o modelo anisiano e darcyniano. A missão concebida para a Faculdade de Educação em seu plano (UnB, 1967a) centrava-se na formação de pessoal docente para todos os níveis, modalidades e aspectos que envolvem os processos institucionais educacionais; na produção e difusão do conhecimento científico do campo da educação; na confecção de material didático para as práticas pedagógicas em todas as áreas do conhecimento; e, no que se refere à concepção de novos modelos institucionais escolares, tinha o objetivo de

[...] contribuir para o alargamento da mente humana pelo cultivo e transmissão do saber e da cultura comum no mesmo tempo que de abrir campo para a pesquisa e dar formação ao profissional dos diferentes tipos e níveis. Para tanto, o estudo, o ensino, a pesquisa e a divulgação serão pontos cardiais em sua obra de renovação educacional. (UnB, 1967a, p. 17).

¹³ Zeferino Vaz (1964-1965), Laerte Ramos (1965-1967), Caio Benjamin Dias (1967-1971), Amadeu Cury (1971-1976) e José Carlos Azevedo, que permaneceu na Reitoria da UnB por nove anos, completamente afinado com a linha dura do regime militar. Informações disponíveis em: <<http://www.unb.br/estrutura-administrativa/reitoria/2-publicacoes/632-ex-reitores>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

No cenário do nacional-desenvolvimentismo, a construção da Faculdade de Educação e a criação do curso de Pedagogia fazem parte de um projeto que pretendia elaborar novas soluções para velhos problemas educacionais. A FE/UnB foi considerada, nesse projeto de desenvolvimento nacional, a célula *mater* formadora de novas mentalidades. O objetivo era a criação de uma política nacional de professores, por intermédio da FE/UnB, comprometidos com a criação e a aplicação de novas teorias e métodos que permitissem superar as escolas convencionais com seu ensino tradicional. A criação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília nascia e tinha o compromisso de contribuir para a superação dos problemas da educação tradicional e da prática observada em suas escolas.

Assim, a construção da Faculdade de Educação e a criação do curso de Pedagogia inseriam-se no esforço de ampliar a oferta da educação pública para a população de Brasília e de se apresentar como a materialização de um modelo que poderia ser aplicado em todo o país, num ambiente em que predominava a ideologia nacional desenvolvimentista.

O aborto em pleno parto: 1968-1972

Todo esse trabalho pioneiro e calcado na concretização do projeto anisiano e darcyniano de Faculdade de Educação foi abortado em pleno trabalho de parto e a nascitura jamais chegou a ocorrer. A criança, tão esperada por seu potencial revolucionário, foi morta antes mesmo do nascimento. Nasceu outro ser, filha de outros pais, com a cara das agências internacionais de *intelligentsia* e do regime militar brasileiro.

Enquanto aquele grupo pioneiro tentava implementar a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília nos moldes anisianos e darcynianos, o Estado brasileiro colocava em ação um projeto para todas as universidades públicas, resultante dos acordos entre MEC e Usaid, que culminou na reforma universitária por intermédio da lei nº 5.540/1968. A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília passa a ser apenas um pontinho dentro do sistema de educação superior brasileiro e perde-se a intenção original de projetá-la como centro de excelência irradiador de conhecimentos, pesquisa científica, formação docente, elaboração de material didático, planejamento educacional e criação de novos modelos institucionais escolares para todo o país.

A equipe primeira equilibrava-se na corda bamba para elaborar e implementar um projeto inovador para a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília que conciliasse, ao mesmo tempo: a concepção original de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro; as orientações dos acordos MEC-Usaid; e as sugestões de três missões¹⁴ da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que percorreram o Brasil nos anos de 1966, 1967 e 1968. Essas missões realizaram o mapeamento da educação brasileira, propondo reformas de reorganização escolar e curricular para os ensinos primário, secundário, técnico e superior; para as secretarias estaduais de educação; para os conselhos estaduais de educação; para os planos

¹⁴ Essas missões foram: 1ª) *Planification de l'éducation*, em 1966, 1967 e 1968, subdividida em dois grupos, um liderado por Jacques Torfs e outro por Michel Lebrun; 2ª) *National Centre for Research and Development in Science Teaching*, em 1968, organizado por Albert V. Baez, P. C. Bandyopadhyay e Joel Nahum; 3ª) *Etablissement et développement de facultés d'éducation*, também em 1968, encabeçado por A. Galino, J. A. Lauwerys e R. L. Plancke.

municipais, estaduais e federal de educação; para o Ministério da Educação e Cultura; para o Instituto Nacional de Pedagogia (Inep);¹⁵ para o Sistema S¹⁶ de educação profissional; para as universidades federais; e, especificamente, para as faculdades de Educação.

Após esses estudos nas estruturas educacionais brasileiras, a última missão sugeriu, especificamente para as faculdades de Educação do Brasil, que essas deveriam ter por missão: *i*) a formação didática dos professores de segundo grau e de técnicos educacionais; *ii*) cursos de especialização destinados aos técnicos em educação; e *iii*) a formação de docentes de nível superior por meio de cursos de mestrado e de doutorado. A fim de cumprir essas missões, as faculdades de Educação brasileiras deveriam ser compostas por uma escola ou instituto pedagógico; por uma escola de experimentação e aplicação; por um serviço de relações escolares; por um centro de serviços auxiliares; por três departamentos; e por um conselho, seu órgão deliberativo máximo. A escola ou instituto pedagógico deveria chamar-se Escola Normal Superior e ocupar-se da formação científica dos professores das matérias pedagógicas das Escolas Normais e da formação dos técnicos de educação. A escola de experimentação e

¹⁵ O Instituto Nacional de Pedagogia passou a ser denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais em 1972 e em 1997 passou a ser chamado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, mas a sigla permaneceu a mesma desde 1937, quando foi criado.

¹⁶ O Sistema S de educação é composto por instituições de aprendizagem profissional como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). A partir de 1991 novos estabelecimentos foram criados, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (Senat) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

aplicação seria o *locus* onde os professores realizariam suas pesquisas e os estudantes desenvolveriam práticas de ensino voltadas para o magistério. Para tanto, essa escola deveria abranger a educação infantil, o ensino primário e o secundário. O serviço de relações escolares deveria ocupar-se da formação continuada dos professores em exercício na docência de nível primário e secundário – terminologia da época. Já o centro de serviços auxiliares deveria conter núcleos específicos, como: de meios audiovisuais; de pesquisas pedagógicas; e de ensino das Ciências Naturais. Os três departamentos seriam Teoria e Prática do Ensino, Ciências de Base da Educação, Administração Escolar¹⁷ e poderiam subdividir-se de acordo com sua esfera de atuação. O Departamento de Teoria e Prática do Ensino deveria apresentar tantas subdivisões quantas fossem as disciplinas a ministrar no ensino secundário. O Departamento de Ciências de Base da Educação deveria ter subdivisões correspondentes às ciências que forneceriam os fundamentos teóricos para a educação: Psicologia, Sociologia, História da Educação, Filosofia da Educação, Educação Comparada, Estatística Escolar e Higiene Escolar. E o Departamento de Administração Escolar deveria ser composto de: planejamento educacional, orientação escolar e administração escolar.

Portanto, a proposta era claramente redutora das funções e abrangência das faculdades de Educação. Mas essas orientações deram continuidade às sugestões da missão *National Centre for Research and Development in Science Teaching*, que propôs a criação de um

¹⁷ A proposta de organograma da estrutura das Faculdades de Educação consta na página 31 do relatório da missão *Etablissement et développement de facultés d'éducation*.

Centro Nacional de Investigação e Desenvolvimento em Ensino de Ciências, ao qual as universidades seriam subordinadas¹⁸ e que jamais teve existência no Brasil. Sugestões tão específicas e pontuais para as faculdades de Educação brasileiras, propostas pela missão da Unesco, subsumem uma crítica à proposta anisiana e darcyana. Como se intentava implementar essa proposta na Universidade de Brasília, se objetivava, de antemão, evitar que ela se alastrasse para as outras faculdades de Educação.

Os planos propostos para o desenvolvimento das faculdades de Educação nas universidades do Brasil são muito amplos. Eles compreendem a formação inicial do professor para todos os tipos de escolas: escolas primárias, secundárias, técnicas, normais e agrícolas; a formação complementar e o aperfeiçoamento do professor em serviço; a formação especializada, por exemplo, de professores para o ensino infantil; a formação de técnicos de educação, tanto quanto de psicólogos e administradores escolares; os estudos avançados nos domínios especializados tais como psicologia da educação; os trabalhos de pesquisa pertinentes aos diplomas superiores; os projetos de pesquisa e de seus centros. Esses são elementos importantes de um programa completo. No entanto, não é possível, no momento atual, realizar tal projeto. Os custos envolvidos na realização de uma empreitada que fornecesse todos os recursos necessários seriam consideráveis. Além disso, o pessoal qualificado e bem equipado que esses planos requerem simplesmente não existe no Brasil. Muitos anos

¹⁸ Sugestão de organograma da estrutura do Centro Nacional de Investigação e Desenvolvimento em Ensino de Ciências consta na página 23 do relatório da missão *National Centre for Research and Development in Science Teaching*.

decorreriam antes que se pudesse dispor de tal pessoal.¹⁹ (GALINO; LAUWERYS; PLANCKE, 1968, p. 8-9, tradução nossa).

Em virtude da constatação da realidade, que se constituiu em embasamento para a crítica, a missão propôs que as faculdades de Educação deveriam adotar quatro prioridades: a formação inicial dos professores; o aperfeiçoamento dos docentes em serviço; o fornecimento dos conhecimentos necessários à formação dos futuros professores de Pedagogia nas Escolas Normais e nos Institutos de Pedagogia; e os cursos avançados de planejamento escolar, administração escolar e orientação escolar. A recomendação da missão era de que os projetos mais ambiciosos fossem deixados para o futuro, quando se dispusesse de pessoal qualificado em quantidade suficiente para desenvolvê-las.

A crítica continua atacando a proposta de currículo prevista para a Pedagogia e para as licenciaturas, considerando que: os programas

¹⁹ No original: “*Les plans proposés pour le développement des Facultés d’Education dans les universités du Brésil sont très larges et compréhensifs. Ils comprennent la formation initiale d’enseignants pour tous les types d’écoles – écoles primaires, secondaires, techniques, normales, et d’agriculture; la formation complémentaire et le perfectionnement des enseignants en service; la formation spécialisée, par exemple, de professeurs pour l’enseignement aux enfants handicapés; la formation de techniciens de l’éducation tels que des psychologues et administrateurs scolaires; des études avancées dans des domaines spécialisés tels que la philosophie de l’éducation; des travaux de recherche menant aux diplômes supérieurs; des projets de recherche et des centres. Ce sont là des éléments précieux et importants d’un programme complet. Il n’est cependant pas du tout possible à l’heure actuelle de réaliser de tels projets. Les frais qu’entraînerait la réalisation d’une entreprise qui fournirait tout ce qui est désirable seraient considérables. D’ailleurs, le personnel qualifié et bien équipé que ces plans requièrent n’existe tout simplement pas au Brésil. Beaucoup d’années s’écouleront encore avant qu’on puisse disposer d’un tel personnel*”. (GALINO; LAUWERYS; PLANCKE, 1968, p. 8-9).

são muito oratórios e abstratos, com pouca relação entre os conhecimentos teóricos e os problemas reais das escolas; os cursos de Sociologia, Filosofia e Psicologia da Educação são muito gerais, totalmente distantes das preocupações dos docentes; a disciplina Didática Geral é inútil aos professores de ensino secundário; a disciplina Didática Especial é ministrada por docentes do ensino secundário que não têm qualquer conhecimento de métodos modernos de ensino; e o tempo destinado à prática da docência é insuficiente. A fim de superar essas fragilidades dos currículos da Pedagogia e das licenciaturas, a missão propôs que os estudos compreendessem 20% de teoria, 40% de metodologia e 40% de prática de ensino.

Dentro dessa subdivisão curricular, os estudos teóricos deveriam contemplar: 30 horas consagradas ao estudo de problemas gerais da educação; 30 horas aos estudos de Psicologia da Educação; 15 horas aos estudos de higiene escolar, incluindo a dietética; 15 horas aos estudos da organização e administração do ensino no Brasil; e 30 horas de estudos facultativos, que os alunos escolheriam para prosseguir ao nível de pós-graduação como especialização. As disciplinas relativas aos métodos e técnicas de ensino deveriam concentrar-se nos estudos teóricos e práticos dos meios modernos, tais como a televisão, o rádio, o cinema, a fotografia, os laboratórios de línguas e os laboratórios das Ciências Exatas. A partir dessas orientações gerais, a missão apresenta propostas curriculares específicas para a formação do professor de nível médio; para a formação dos professores das Escolas Normais; para a formação dos técnicos de educação; e para os três níveis da pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado.

A crítica final do documento ataca a existência de um setor específico, destinado a pesquisas pedagógicas. Na visão dos consultores:

A separação entre a pesquisa e o ensino contraria o espírito universitário porque toda disciplina ensinada na universidade é ou pode ser objeto de pesquisa, mas igualmente porque o conhecimento deve ser continuamente alimentado pelo método científico.²⁰ (GALINO; LAUWERYS; PLANCKE, 1968, p. 28, tradução nossa).

O modelo adotado pelos consultores era o modelo humboldtiano²¹ de universidade, o mesmo proposto por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Com pequenas diferenças, o modelo proposto pela missão da Unesco *Etablissement et développement de facultés d'éducation* foi implantado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Os três departamentos existem até hoje, com nomes diferentes, mas seguindo a mesma lógica: Departamento de Teorias e Fundamentos; Departamento de Métodos e Técnicas; e Departamento de Planejamento e Administração. O curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em seus 50 anos de existência,

²⁰ No original: “*La séparation organique de la recherche et de l'enseignement semble tout à fait contraire à l'esprit de l'enseignement universitaire, parce que non seulement toute matière enseignée à l'université est ou peut être matière de recherche mais également parce que l'esprit de l'enseignement doit être imbu continuellement de la méthode scientifique.*” (GALINO; LAUWERYS; PLANCKE, 1968, p. 28).

²¹ O modelo humboldtiano de universidade calca-se no princípio da autonomia universitária, da indissociabilidade entre ensino e pesquisa e da objetividade do conhecimento científico (HUMBOLDT, 1997).

apresenta ainda a estrutura implementada pelo regime militar em decorrência dos convênios de consultoria internacional. A estrutura da Faculdade de Educação que hoje existe na Universidade de Brasília não é, pois, o resultado da equipe pioneira que tentou implementar o modelo anisiano e darcyniano, tampouco consiste no projeto concebido por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro; ao contrário, essa estrutura é fruto do regime que instaurou o terror no país, com mortes, perseguições, torturas, exílios. É a estrutura de um tempo de mordação e de medo na sociedade civil e nos meios estudantis e intelectuais.

O curso de Pedagogia da Faculdade de Educação: meio século de existência

O curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília iniciou suas atividades em 1966 com, aproximadamente, 11 professores, não necessariamente contratados pela Fundação Universidade de Brasília. Esses docentes ofereceram oito disciplinas para 25 alunos de licenciaturas diversas e uma pós-graduação para 20 professores da nascente rede escolar pública do Distrito Federal e 20 alunos do curso de Pedagogia, totalizando cerca de 65 alunos.²² O curso de graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da UnB foi reconhecido em 1972. No ano de 1994 a FE/UnB criou o curso noturno de graduação em Pedagogia, que foi o primeiro curso de graduação noturno da UnB.

²² Não podemos oferecer os dados da década de 60 do século XX com precisão, uma vez que os documentos primários não são suficientemente detalhados.

Hoje a FE/UnB apresenta um corpo docente 18 vezes maior; um quadro docente oito vezes maior em quantidade e qualitativa-mente superior em formação, tendo em vista que na equipe pioneira havia somente dois doutores; e um corpo técnico próprio, o que nos idos anos 60 do século XX não existia. Todo esse pessoal encontra-se sufocado na mesma estrutura organizacional de 50 anos atrás. A tabela a seguir mostra os dados atuais:

Tabela 2: Quadro de pessoal docente da FE/UnB 2015

Departamentos	Docentes		Titulação (efetivos)		Sexo (efetivos)		Subtotal (docentes)
	Quadro efetivo	Substitutos	Mestrado	Doutorado	Feminino	Masculino	
Métodos e Técnicas (MTC)	30	5	4	26	24	6	35
Planejamento e Administração (PAD)	18	1	0	18	14	5	19
Teorias e Fundamentos (TEF)	33	5	0	33	24	9	38
Total	81	11	4	77	62	20	92

Fonte: Dados coletados junto à direção da Faculdade de Educação.

Cabe destacar que esse quadro docente ministra duas licenciaturas presenciais em Pedagogia, sendo um curso diurno e outro noturno, e ainda uma licenciatura a distância. Esse conjunto de professores oferta também um programa de pós-graduação *stricto sensu* com mestrado e doutorado em Educação e oferece ainda um programa de pós-graduação *lato sensu* com mestrado profissional em Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais (GPSE). Esses lentes debruçam-se

igualmente sobre diversos cursos temáticos de especialização a distância, como: Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPPGER); Especialização em Políticas Públicas de Educação com Ênfase em Monitoramento e Avaliação; e Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil. Esses são os cursos de especialização a distância ofertados de maneira contínua. Ademais, esse mesmo quadro professoral desenvolve atividades de pesquisa, extensão e representação nos diversos colegiados da Universidade, de gestão da própria Faculdade de Educação e, usualmente, em cargos de gestão da UnB e de coordenação em programas educacionais de caráter nacional. Portanto, se a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília tem em 2015 um quadro docente permanente oito vezes maior do que em 1967, o volume de atividades da FE/UnB é também, aproximadamente, cinco vezes maior em relação aos idos anos da década de 60 do século XX.

O curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília iniciou suas atividades no ano de 1966, ofertando apenas oito disciplinas para as licenciaturas e um curso de mestrado para os professores do Centro Integrado do Ensino Médio (Ciem), com um quadro técnico funcional inexistente – ou melhor, com um voluntário. Hoje, o quadro é composto pelo seguinte quantitativo:

Tabela 3: Quadro de pessoal técnico-administrativo da FE/UnB 2015

Quadro efetivo	39
Estagiários	12
Técnicos de projetos	15
Total	66

Fonte: Dados coletados junto à direção da Faculdade de Educação.

Entretanto, o fato de esse quadro técnico-administrativo ser maior não significa que ele seja suficiente para o atendimento das demandas atendidas na contemporaneidade pela FE/UnB. Com uma oferta de graduação, de pós-graduação e de extensão diversificadas, tanto o quadro docente quanto o técnico-administrativo da Faculdade de Educação precisa ser ampliado. Essa relação fica mais explícita quando se visualizam os dados dos discentes, a seguir:

Tabela 4: Corpo discente de graduação da FE/UnB (1º/2015)

Cursos de Pedagogia	Total	Feminino		Masculino	
		f	%	f	%
Diurno	588	525	89,3	63	10,7
Noturno	371	298	80,3	73	19,7
Total presencial	959	823	85,8	136	14,2
A distância	252	220	87,3	32	12,6
Total geral	1.211	1.043	86,1	168	13,9

Fonte: Dados coletados no Sistema de Graduação da Universidade de Brasília (Sigra).

A tabela 4 demonstra apenas o quantitativo de alunos de graduação das licenciaturas em Pedagogia que a FE/UnB oferta semestralmente. Ela comprova o crescimento, em 50 anos, do quadro discente de graduação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação; quando iniciou suas atividades, a FE não ofertou curso de Pedagogia, mas apenas disciplinas pedagógicas para 25 alunos de graduação das licenciaturas existentes em 1966. A Faculdade de Educação cresceu quantitativamente, sem dúvida, com a oferta do curso de graduação noturno a partir de 1994; com o aumento das vagas para graduação matutina e vespertina; e com a criação do curso de Pedagogia a distância em 2007. Esse aumento quantitativo de vagas tornou a FE/UnB a unidade acadêmica que mais oferta vagas de graduação em cada semestre letivo. A tabela a seguir comprova:

Tabela 5: Vagas das Licenciaturas no Campus Darcy Ribeiro (UnB) – 2015

	Cursos	Presencial		Subtotal	Distância	Total
		D	N			
1	Artes Cênicas	23	19	42	90	132
2	Artes Plásticas	30	34	-	-	64
3	Ciência da Computação	-	46	46	-	46
4	Ciências Biológicas	40	40	80	40	120
5	Ciências Sociais	60	-	-	-	60
6	Educação Artística	16	-	16	-	16
7	Educação Física	40	-	40	-	40
8	Enfermagem	40	-	40	-	40
9	Filosofia	40	40	80	-	80
10	Física	26	30	56	-	56
11	Geografia	15	-	15	-	15
12	História	40	30	70	-	70
13	Letras-Espanhol	-	43	43	-	43
14	Letras-Francês	26	-	26	-	26
15	Letras-Inglês	22	-	22	-	22
16	Letras-Japonês	-	42	42	-	42
17	Letras-Libras	59	-	59	-	59
18	Letras-Português	30	40	70	-	70
19	Letras-Português-Literatura	-	92	92	-	92
20	Matemática	18	18	36	-	36
21	Música	26	26	52	-	52
22	Pedagogia	78	40	118	320*	438
23	Português como 2ª língua	30	-	30	-	30
24	Psicologia	15	-	15	-	15
25	Química	-	35	35	-	35

Fonte: Dados coletados no Sistema de Graduação da Universidade de Brasília (Sigr).

*A FE oferta 40 vagas por polos. São oito distribuídos no Acre, Bahia e Goiás, embora essas vagas não sejam semestrais, tampouco anuais. A oferta de vagas nos cursos a distância atende aos editais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A gestão da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília é tema que não pode ficar ausente deste capítulo. Nesses 50 anos, tivemos 20 diretores/as, sendo 11 do gênero feminino e nove do gênero masculino, o que perfaz 55% e 45%, respectivamente. O percentual fecha em 100% porque consideramos o gênero por mandato, independentemente do nome do ocupante do cargo. Esse detalhe faz-se mister explicar porque um mesmo gestor exerceu a direção da FE/UnB em três mandatos diferentes.

No que tange à lotação departamental, constatamos que nestes 50 anos o Departamento de Planejamento e Administração (PAD) contribuiu para a gestão da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília com dez diretores/as, o que perfaz 52,63% do total. Já o Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF) colaborou com a gestão da FE/UnB elegendo cinco diretores/as, representando 26,31% do conjunto. O Departamento de Métodos e Técnicas (MTC) participou da gestão da Unidade Acadêmica com a nomeação de quatro diretores/as, o que perfaz 21,05% do total. O percentual fecha em 100% porque foram contabilizados os mandatos, e não os nomes dos titulares.

Em relação à lotação departamental dos/as vice-diretores/as, os dados demonstram que, nessas bodas de ouro da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, o PAD contribuiu com a gestão da FE/UnB elegendo cinco vice-diretores/as, o que perfaz 33,33% do total. Já o TEF colaborou com a gestão da Faculdade de Educação elegendo quatro vice-diretores/as, o que representa 26,66% do todo, enquanto o MTC elegeu seis vice-diretores/as, o que contabiliza 40%. Mais uma vez, o somatório é arredondado em 100% pelo fato de termos desconsiderado a repetição de nomes em mandatos diferentes.

(continua)

Mandato		Diretor/a	Departamento	Vice-diretor/a	Departamento	Mandato	
Início	Fim					Início	Fim
1966	1970	Lady Lina Traldi	-	-	-	-	-
11/10/1970	11/10/1974	Paulo Vicente Guimarães	PAD	Altair Macedo Lahud	PAD	11/10/1970	11/10/1974
16/12/1974	16/06/1976	Paulo Vicente Guimarães	PAD	Altair Macedo Lahud	PAD	16/12/1974	16/06/1976
16/06/1976	10/11/1978	Flávio Quixadá Linhares	TEF	Jacques Rocha Velloso	TEF	16/06/1976	19/06/1978
10/11/1978	18/09/1980	Ediruald de Mello	PAD	Eurides Brito Silva	PAD	04/09/1978	10/11/1978
18/09/1980	18/09/1980	Neuza Zapponi Lindahl	TEF	Theodolino Augusto Cerdeira [#]	PAD	18/09/1980	18/09/1980
18/09/1980	02/12/1982	Theodolino Augusto Cerdeira	PAD	-	-	-	-
<i>Pro tempore</i>		Altair Macedo Lahud	PAD	-	-	-	-
02/12/1982	09/05/1983						
09/05/1983	1986	Iria Gehlen Closs	MTC	Maria Lucília Neves Aires de Alencar	MTC	09/05/1982	1986

Quadro 4: Diretores e vice-diretores da Faculdade de Educação da UnB (1966-2018)

(continuação)

Mandato		Diretor/a	Departamento	Vice-diretor/a	Departamento	Mandato	
Início	Fim					Início	Fim
1986	1988	Hélène Marie L. Leblanc Barros ⁱⁱⁱ	PAD	Maria Lucília Neves Aires de Alencar	MTC	1986	1988
1988	1990	Maria Lucília Neves Aires de Alencar	MTC	-	-	-	-
<i>Pro tempore</i>		Stella dos Cherubins Guimarães Três	PAD	-	-	-	-
1990	1991						
1991	1994	Maria de Fátima Guerra de Sousa	MTC	Leda Breitenbach Barreiro	TEF	1991	1994
1994	13/02/1998	Paulo Vicente Guimarães	PAD	Leda Maria Rangeloro Fiorentini	MTC	1994	13/02/1998
14/02/1998	28/02/2002	Genuíno Bordignon	PAD	Rogério de Andrade Córdoba	PAD	14/02/1998	28/02/2002

Quadro 4: Diretores e vice-diretores da Faculdade de Educação da UnB (1966-2018)

(conclusão)

Mandato		Diretor/a	Departamento	Vice-diretor/a	Departamento	Mandato	
Início	Fim					Início	Fim
28/02/2002	23/03/2006	Erasto Fortes Mendonça	TEF	Inês Maria Zanforlim Pires Almeida	TEF	28/02/2002	23/03/2006
23/03/2006	19/07/2010	Inês Maria Zanforlim Pires Almeida	TEF	Laura Maria Coutinho	MTC	23/03/2006	19/07/2010
<i>Pro tempore</i>		Antônio Fávero Sobrinho	MTC	-	-	-	-
20/07/2010	01/09/2010						
02/09/2010	20/10/2014	Carmenísia Jacobina Aires	PAD	Cristiano Alberto Muniz	MTC	02/09/2010	19/11/2012
21/10/2014	21/10/2018 ^{iv}	Livia Freitas Fonseca Borges	TEF	Antônio Fávero Sobrinho	MTC	20/11/2012	16/10/2014
				Wivian Weller	TEF	17/10/2014	16/10/2018 ^v

Fonte: Dados coletados nas atas do Conselho da Faculdade de Educação – UnB.

ⁱEleita, não assumiu o mandato.

ⁱⁱEleito para o cargo de vice-diretor; assumiu como diretor.

ⁱⁱⁱEleita para o mandato de quatro anos, de 1986 a 1990, cumpriu apenas dois anos.

^{iv}Data de previsão de término do mandato.

No cômputo geral, o Departamento de Planejamento e Administração apresenta-se como protagonista da gestão da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, elegendo 15 gestores (diretores/as e vices), o que pode ser explicado pelo fato de os temas da gestão, da administração, do planejamento e do financiamento educacional serem objetos de estudo da subárea de conhecimento na qual o PAD atua, ministrando atividades de ensino, pesquisa e extensão e produzindo publicações nessas temáticas.

O Departamento de Teoria e Fundamentos também constitui importante protagonista na gestão da FE/UnB, pois elegeu nove gestores (diretores/as e vices). Esse protagonismo pode ser explicado pelo fato de as teorias que fundamentam todas e quaisquer atividades educacionais e pedagógicas constituírem objeto de estudo do TEF, em várias disciplinas, como: Antropologia, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

O Departamento de Métodos e Técnicas, entretanto, não fica atrás do protagonismo na gestão da FE/UnB, pois elegeu também dez gestores, entre diretores/as e vices. Talvez o *modus operandi* que constitui seu objeto de estudo dê-lhe a *expertise* para a gestão. Em suma, a representação departamental está bem distribuída, ao longo das décadas, na direção da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Mas o mais importante não é o gênero ou a origem departamental dos/as diretores/as e vices, mas a forma como ascenderam aos cargos. A pesquisa histórica delineou a existência de três tipos: escolha pela Reitoria da UnB; eleição indireta; e eleição direta. A primeira gestora, Lady Lina Traldi, foi escolhida com a missão

de criar a FE por seu *curriculum vitae*: mestre em educação pela Vanderbilt University (Nashville, Tennessee, EUA), com especialidade em currículo. Tratava-se de criar um curso novo, o curso de Pedagogia ou Educação, por isso a escolha recaiu sobre uma profissional da área de Educação com especialização em Currículo. Lady Lina Traldi dirigiu a Faculdade de Educação sem um/a vice que a ajudasse e pelo tempo que interessou à Reitoria da Universidade de Brasília, por isso ela não teve mandato definido.

No período compreendido entre 1970 e 1986, correspondente à linha dura do regime militar e à transição tutelada, a forma de escolha dos reitores das universidades públicas brasileiras e dos diretores das unidades acadêmicas dava-se via eleição indireta pelos conselhos superiores da universidade, para reitor, e pelos conselhos das unidades acadêmicas, para os diretores, em analogia ao estabelecido no artigo 16 da lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), então em vigor, que determinava a elaboração de listas²³ com indicação de nomes de docentes ao cargo de direção. É mister lembrar que a representação discente, com direito a voz e voto, estava garantida nos colegiados e conselhos da universidade, conforme o artigo 38 da mesma lei, entretanto, o mesmo não se dava para os funcionários administrativos.

A partir de 1986, com a democratização da sociedade e do Estado brasileiros, iniciou-se o processo de eleição direta para reitores das universidades públicas e diretores de unidades acadêmicas com a participação de professores, alunos e servidores técnico-administrativos,

²³ A Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968) não estabeleceu o quantitativo de nomes; foi o Decreto nº 80.536, de 11 de outubro de 1977, que definiu as listas sêxtuplas (art. 1º e 10).

na proporção 70-15-15, ou seja, o voto dos docentes com peso de 70% em relação às outras duas categorias. Essa definição deu-se nos conselhos superiores de várias universidades públicas brasileiras, a partir da compreensão do princípio da autonomia universitária, referendada por decisão do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 1983).²⁴ Outra importante modificação desse período é que os mandatos passaram a ser de quatro anos (antes eram de dois anos).

A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília seguiu essa fórmula do ano de 1971 ao ano de 2002. A partir de 2006, o conselho da FE/UnB deliberou por desconsiderar a tradição universitária ocidental, a legislação federal e a legislação interna da UnB. Adotou a fórmula de paridade 50-50, que significa 50% do peso dos votos para os docentes e 50% do peso dos votos para discentes e servidores técnico-administrativos, como se esses últimos fossem uma única categoria, posto que votaram na mesma urna, sem distinção de votos.²⁵

A fórmula 50-50 constitui, na verdade, uma armadilha para discentes e técnico-administrativos, pois institui aparente igualdade, dividindo a comunidade acadêmica em duas categorias: docentes e servidores técnico-administrativos/discentes, o que na prática significa 25% do peso dos votos para estudantes e 25% do peso dos votos para servidores técnico-administrativos.

²⁴ Essa decisão dos conselhos superiores de várias universidades públicas brasileiras consubstanciou-se posteriormente na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

²⁵ Por intermédio da Resolução do Conselho da Faculdade de Educação nº 1/2006, de 23 de janeiro, art. 7º e 25, e também da Resolução do Conselho da Faculdade de Educação nº 2/2006, de 6 de fevereiro, art. 9º e 25.

Concluindo, por enquanto...

Para os próximos 50 anos, a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília tem grandes desafios a enfrentar: construção de um prédio novo; reformulação curricular; reorganização da estrutura administrativo-acadêmica; alinhamento entre graduação e pós-graduação; profissionalização do corpo técnico-administrativo; efetiva integração com outras unidades acadêmicas; e liderança no que tange à formação de docentes de todas as áreas do conhecimento, tanto para a educação básica quanto para a educação superior.

Os autores têm clareza de que esse primeiro esboço não esgota a história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Ao contrário, têm consciência de suas limitações. Mas esperam que este capítulo sirva de inspiração a pesquisas futuras e mais aprofundadas que deem conta da complexidade e da dinâmica do objeto de estudo – a FE/UnB –, o qual se constitui, em realidade, um ente vivo, dinâmico, e em processo permanente de construção.

Encerramos este capítulo com pelo menos uma certeza: a existência de lacunas em dois períodos históricos importantes. Os anos de 1972 a 1985, quando a FE/UnB cresceu e consolidou-se ao silêncio do Regime Militar e, inclusive, abrigava em seu seio um núcleo de intelectuais orgânicos que concebeu a política de reforma do ensino médio profissionalizante desse regime. E os anos de 1985 a 2015, quando a redemocratização do país e da Universidade e também as políticas educacionais dos seis últimos governos federais alavancaram diversas mudanças na Faculdade de Educação. Esses dois períodos precisam ser analisados sob o microscópio da

microsociologia, da micro-história e da micropolítica. Mas essa tarefa deixamos às gerações vindouras, pois a história é sempre passível de ser reescrita.

Referências citadas

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. rev. São Paulo: Edunesp, 2007b.

_____. *A Universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2 ed. São Paulo: Edunesp, 2007c.

_____. *A Universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas*. 3. ed. rev. São Paulo: Edunesp, 2007a.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos (1534-1930)*. São Paulo: Cortez; Brasília: Inep, 1989.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4 ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

HASENBALG, Carlos. Estatísticas do Século XX: educação. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. p. 89-110.

HOBSBAWM, Eric [1917-2012]. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. 5. reimp. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. 1. reimp. Tradução: S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUMBOLDT, Wilhelm Von [1767-1835]. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In: CASPER, Gerhard; HUMBOLDT, Wilhelm Von. *Um mundo sem Universidades?* Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

LEFÈBVRE, Henri [1901-1991]. *Lógica formal e lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MENEZES, Thereza Maria Cysneiros Cavalcanti. *A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília: história de um isolamento*. 1989. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIBEIRO, Darcy [1922-1997]. *A universidade necessária*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira [?-1978]. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Tradução: Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

TEIXEIRA, Anísio [1900-1971]. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, Inep, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.

Referências sobre a Faculdade de Educação consultadas

BOMENY, Helena. *A Universidade de Brasília*. In: O BRASIL DE JK. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/UNB>>. Acesso em: 1º out. 2015.

_____. *Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950*. In: O BRASIL DE JK. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>>. Acesso em: 1º out. 2015.

BRZEZINSKI, Iria. Faculdade de Educação da UnB: da utopia ao projeto real. *Caderno Linhas Críticas*, Revista Semestral da Faculdade de Educação, Brasília, n. 3-4, p. 31-47, jun./jul. 1997.

FONSECA, Dirce Mendes da. A ideia da Universidade de Brasília: uma análise do discurso. *Caderno Linhas Críticas*, Revista Semestral da Faculdade de Educação, Brasília, n. 3-4, p. 15-29, jun./jul. 1997.

PONTES, Elicio. Lucília Alencar, educadora (1945-2003). *Linhas Críticas*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 319, jul./dez. 2003.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. O legado de Anísio Teixeira em relação à Faculdade de Educação da UnB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., Natal, 2002.

SILVA, Maria Abádia. A política de formação de professores: da Escola de Magistério à Faculdade de Educação. In: CUNHA, Célia da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. *Faculdades de Educação e Políticas de Formação Docente*. Campinas/SP: Autores Associados, 2014. p. 49-66.

TEIXEIRA, Anísio [1900-1971]. Educação. In: SEMINÁRIO SOBRE A ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Rio de Janeiro: FGV, 1961. (Mimeo). Arquivo CPDOC.

Referências documentais

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Acórdão de Ação Direta de Inconstitucionalidade*. Representação nº 1.170. Relator Djaci Falcão. Brasília: STF, 15 de dezembro de 1983.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (Universidade de Brasília). *Atas de Reuniões do conselho Departamental de números 1 a 50, realizadas no período de 16/016/1976 a 30/08/1983*. Brasília: UnB/FE. (Documentos históricos, manuscritos e datilografados).

_____. *Atas do da Faculdade de Educação, de setembro de 1983 a dezembro 1999*. Brasília: UnB/FE. (Documentos de arquivos datilografados).

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (Universidade de Brasília). *Atas da Faculdade de Educação, de 9/02/2000 a 5/03/2015*. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/institucional/conselho/atas?showall=&limitstart=>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. *Resolução do Conselho da Faculdade de Educação nº 1/2006*. Brasília: UnB/FE, 23 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/images/institucional/resolucoes-conselho/resolucao-001-2006.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

_____. *Resolução do Conselho da Faculdade de Educação nº 2/2006*. Brasília: UnB/FE, 06 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/images/institucional/resolucoes-conselho/resolucao-002-2006.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

GOULART, João [1919-1976]. Discurso proferido em 15 de dezembro de 1961, quando da sanção da Lei nº 3.398. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1962. p. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO DOZE ANOS DEPOIS. *Anais...* Brasília: IBGE; SEEC; Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 1984.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Brasília: Inep, 2003.

LEBRUN, Michel. *Planification de l'éducation du Brésil*. Paris: Unesco, 1968. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001589/158918mb.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

QUACQUARELLI SYMONDS INTELLIGENCE UNIT. *QS University Ranking: Latin America*. London: QSIU, 2015. Disponível em: <

SALGADO, Clóvis [1906-1978]. Exposição de Motivos nº 492, de 16 de abril de 1961. In: RIBEIRO, Darcy [1922-1997]. *Carta falas, reflexões, memórias: a invenção da Universidade de Brasília (1961-1995)*. Brasília: Senado Federal, 1995.

TORFS, Jacques. *Planification de l'éducation du Brésil*. Paris: Unesco, 1968. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001589/158916mb.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

TRALDI, Lady Lina. *Os inícios da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília*. Conferência ministrada em 2007. (Digitalizado). 7 p.

_____. *Relatório de Atividades da Faculdade de Educação: primeiro semestre de 1967*. Brasília: UnB, 1967. (Mimeo).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UnB. *Construção da Faculdade de Educação*. Brasília: UnB, Arquivo Central, Acervo Fotográfico, 1960.

_____. *Finalização da Faculdade de Educação*. Brasília: UnB, Arquivo Central, Acervo Fotográfico, 1962.

_____. *Plano da Faculdade de Educação*. Brasília: UnB, 1967a.

_____. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1962.

_____. *Regimento da Faculdade de Educação*. Brasília: UnB, 1967b.

Referências de documentos legais

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. *Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931*. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitário (grafia original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. *Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967*. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0252.htm>. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. *Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966*. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0053.htm>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 70.728, de 19 de junho de 1972*. Reconhece o curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=70728&tipo_norma=DEC&data=19720619&link=s>. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. *Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961*. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13998.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

Referências em meio eletrônico

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Legislação brasileira*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

UNESCO NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *National Centre for Research and Development in Science Teaching*. Paris: Unesco, 1968. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000151/015193eb.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. *Etablissement et développement de facultes d'éducation*. Paris: Unesco, 1968. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000087/008737fb.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. Disponível em: <<http://www.usaid.gov>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

As discussões em torno da educação superior e, em particular, das Faculdades de Educação vêm ganhando relevo no cenário das pesquisas educacionais em função da consciência cada vez mais alargada na sociedade sobre a importância da educação para o desenvolvimento e para a construção da cidadania. A aprovação de dois Planos Nacionais de Educação, a partir de 2001, permitiu que as políticas educacionais em curso se instituísem como políticas de Estado, nas quais a importância da formação dos profissionais da educação, função primordial das Faculdades de Educação, adquiriu condição especial.

A presente obra aborda a história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, concebida como unidade acadêmica que visava a superação dos então existentes Departamentos de Educação no interior das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas das universidades. Apresenta a proposta de constituição da Faculdade como célula *mater* da Universidade e remonta à elaboração do projeto e sua implementação a partir de 1966. Destaca os desafios próprios de uma instituição universitária que enfrentou, logo em seus primeiros anos de vida, as dificuldades impostas pelo regime de exceção que se instalou a partir de 1964. Como uma coletânea de textos de professores-pesquisadores dessa unidade, a obra trata de todas as áreas de atuação, relatando minuciosamente a história, a estrutura e a dinâmica de funcionamento de sua gestão, de seus departamentos, do ensino de graduação e pós-graduação, das atividades de extensão e da educação a distância.

Erasto Fortes Mendonça

Professor aposentado e ex-diretor da
Faculdade de Educação da UnB